

# Câmara envia ao Senado o seu "pacote"

ESTADO DE SÃO PAULO

25 JUN 1986

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Com número anunciado na Casa — 251 deputados, embora em plenário não estivessem reunidos nem 20 —, a Câmara dos Deputados aprovou ontem a redação final de 101 proposições votadas durante o "esforço concentrado" da semana passada. A Câmara também deliberou sobre os 15 projetos que constavam da pauta da ordem do dia, em "regime de prioridade", aprovando 11 e adiando a decisão sobre os demais. Hoje, o Conselho Político do governo reúne-se pela última vez, antes do recesso parlamentar, a fim de discutir a pauta de votação do Congresso para o segundo semestre, que deverá incluir, entre outros projetos, o pacote referente à violência que deixou de ser apreciado durante o "esforço concentrado" da semana passada. De acordo com uma liderança do PMDB, o conselho só se reunirá durante o recesso caso seja convocado extraordinariamente pelo presidente José Sarney.

Ontem mesmo, as matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados foram encaminhadas ao Senado, onde também terão de ser examinadas e submetidas a votação. Se alguma delas sofrer emendas eventuais, terá de retornar à Câmara. Os demais 154 itens da pauta não foram apreciados na mesma ocasião porque seguirão tramitação ordinária, sendo submetidos a análise somente às quintas-feiras.

## Resumo dos projetos

Eis um resumo das proposições aprovadas pela Câmara:

- Proíbe a dispensa imotivada do trabalho;
- Susta as ações de despejo até 1º de março de 1987;
- Isenta do IPI os automóveis adquiridos pelos taxistas;
- Estabelece as normas para a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV (vai a sanção);
- Autoriza o Executivo a adotar medidas contra países que dificultem as exportações brasileiras;
- Autoriza viagens presidenciais;
- Institui incentivo fiscal às atividades culturais;
- Devolve ao TCU a atribuição de fiscalizar as verbas transferidas pela União aos Estados e municípios;
- Abre crédito de 1 bilhão e 500 milhões de cruzados para o Executivo subvencionar a produção leiteira;
- Regulamenta a lei que manda a Petrobrás pagar royalties aos Estados e municípios confrontantes com a plataforma submarina de onde extraia gás ou petróleo;
- Coíbe o abuso do poder econômico nas eleições;
- Determina que as instituições financeiras oficiais divulguem as concessões de crédito subvencionado;
- Mandam os titulares de direitos minerários pagar indenizações aos Estados, territórios e municípios;
- Estabelece que os salários devem ser pagos até o último dia do mês ou quinzena vindos;
- Institui pensão vitalícia de 2 salários mínimos para os excepcionais, a partir de 21 anos de idade;
- Manda rever os cálculos das aposentadorias na área da Previdência Social;
- Proíbe a nomeação ou contratação de servidor público (salvo concursos) nos 365 dias que antecedem as eleições e até o término do mandato dos chefes de Executivo;
- Isenta de impostos os veículos adquiridos para uso de paraplegicos;

- Torna obrigatório, nos hospitais, o diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito;
- Prorroga compulsoriamente os contratos de arrendamento rural;
- Institui a residência odontológica;
- Permite que os magistrados tenham "outras vantagens", além das já especificadas em lei;
- Torna obrigatória a declaração de bens para o exercício de cargo ou função pública;
- Dispõe sobre a competência dos sindicatos para fiscalizar o cumprimento das normas de proteção ao trabalho;
- Fixa em 60 anos a idade para a aposentadoria, por velhice, de ex-combatentes;
- Institui a co-gestão dos trabalhadores e funcionários públicos no fundo PIS-Pasep;
- Autoriza os candidatos a usar os números que tinham na eleição anterior;
- Estabelece horário de divulgação, no rádio e na televisão, de um programa de defesa do solo arável e dos recursos naturais, a ser produzido pelo Ministério da Agricultura;
- Estabelece normas em defesa do patrimônio cultural do País;
- Institui o Programa Nacional de Minerais Estratégicos;
- Dispõe sobre o aproveitamento de cegos no correio e nas empresas estatais de telecomunicações;
- Transfere ao empregador o ônus de provar inocência ou atenuação de periculosidade ou insalubridade no Trabalho;
- Fixa o número mínimo de candidatos que os partidos poderão registrar para as primeiras eleições de deputados em Brasília;
- Institui a "fiscalização democrática" das empresas de capital estrangeiro, mediante a obrigatoriedade da divulgação de informações;
- Assegura assistência médica integral a todo contribuinte da Previdência Social com dez ou mais anos de contribuição e a seus dependentes;
- Concede às telefonistas a aposentadoria aos 25 anos de trabalho;
- Permite aos municípios decretar feriado na data de sua fundação ou emancipação, mesmo quando a data não coincida com feriado religioso;
- Torna obrigatória a inclusão de espetáculos musicais ao vivo nas casas de diversões;
- Estabelece sanções para funcionários da Funai que permitam arrendamento ou invasão de terras indígenas;
- Determina que o preço e a validade sejam inscritos nas embalagens das mercadorias;
- Dispõe sobre o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior a inativos e pensionistas dos ministérios militares;
- Estende ao trabalhador rural o direito ao seguro de acidentes do trabalho;
- Cria, na Câmara, a comissão incumbida de fiscalizar os atos da administração direta e indireta da União, nos termos do art. 45 da Constituição;
- Torna obrigatório o emprego de substâncias retardadoras de combustão em materiais, wensilos e peças utilizados pelas indústrias automobilística e de construção civil;
- Cria juntas de conciliação e julgamento em Rondônia;
- Altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas;
- Dispõe sobre a criação de cargos nos órgãos da Justiça do Distrito Federal;
- Cria a 15ª Região da Justiça do Trabalho;
- Cria a 14ª Região da Justiça do Trabalho;
- Cria cargos na Justiça do Trabalho;
- Aprova o acordo de Previdência Social firmado com a Grécia;
- Aprova o acordo de cooperação científica, tecnológica e industrial assinado com a Bélgica;
- Aprova o convênio constitutivo da corporação interamericana de investimento;
- Susta o processo-crime em curso no STF contra o deputado João Cunha;
- Cria funções no grupo-direção e assistência intermediárias da Câmara dos Deputados;
- Dispõe sobre a lotação de servidores nas comissões permanentes da Câmara;
- Cria a categoria de técnico em material e patrimônio na Câmara;
- Cria, na Câmara, as categorias de operador de audiovisual, operador de máquinas, agente de encadernação e douração e agente de conservação e resolução;
- Altera dispositivos do estatuto dos militares no que se refere à idade-limite de permanência na ativa;
- Autoriza crédito de 40 milhões de cruzados em favor do Ministério da Educação;

- Aprova emenda do Senado ao projeto da Câmara que, modificando o art. 649 da Lei nº 5.869/73, torna impenhorável o imóvel rural de até um módulo (vai a sanção);
- Cria uma CPI, na Câmara, para apurar as causas e consequências da consolidação do pólo petroquímico do Sul;
- Substitui a abreguografia pelos hemogramas periódicos para quem trabalha com radiações ionizantes;
- Manda adicionar 10% de farinha de milho na farinha de trigo;
- Regulamenta a profissão de barbeiro e cabeleireiro;
- Dispõe sobre a criação dos conselheiros federal e regionais dos arquivistas;
- Inclui o fotógrafo autônomo no quadro de atividades e profissões a que se refere o art. 577 da CLT;
- Acrescenta ao projeto do art. 643 da CLT para estabelecer que as questões relativas ao empregador serventias judiciais e extrajudiciais serão decididas pela Justiça a que pertencem;
- Cria o polígono castanheiro da Amazônia;
- Manda misturar farinha de soja à farinha de trigo (quantidade a critério do Executivo);
- Regulamenta a profissão de bacharel em relações internacionais;
- Altera a redação do item III do art. 475 do Código de Processo Civil;
- Dispõe sobre depósitos judiciais em bancos oficiais, a prazo fixo ou em open market;



Alencar Monteiro - 19/6/86

- Dispõe sobre a criação do conselho federal e dos conselhos regionais dos profissionais em educação física, desportos e recreação;
- Determina a instalação de telefones públicos em locais "densamente povoados";
- Dispõe sobre o sistema de informações para obtenção de crédito;
- Estende o salário-família a segurados autônomos e facultativos da Previdência Social;
- Torna gratuito o registro de nascimento para fins escolares;
- Autoriza o governo do Distrito Federal a constituir uma fundação destinada a amparar o trabalhador preso;
- Dispõe sobre os órgãos de administração do Ministério Público do Distrito Federal;
- Autoriza a abertura de crédito até o valor de Cr\$ 7.558.000,00 em favor do Ministério da Justiça;
- Regulamenta a profissão de supervisor educacional;
- Cria funções no Grupo Direção e Assistência Intermediárias do quadro permanente da Câmara dos Deputados (não é repetição de outro, acima relacionado);
- Estende aos empregados da indústria petroquímica e de refinação de petróleo, sujeitos ao regime de escala de revezamento, o direito à jornada de seis horas de trabalho;
- Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Emprestimo de Alagoas;
- Rejeita a emenda do Senado ao projeto que modifica a legislação de amparo aos ex-combatentes e mantém o projeto original (vai a sanção);
- Institui o 23 de junho como o "Dia Olímpico";
- Revoga a Lei nº 7.138 de 7/11/83, que alterou a redação de um dispositivo do Código Nacional de Trânsito e restabeleceu o exame médico de 4 em 4 anos;
- Introduz alteração em dispositivo de Código Penal para punir quem se apropriar de gorjetas destinadas a empregados;

- Acrescenta parágrafo ao art. 18 da lei que regula a ação popular, para que a sentença anulando o ato reponha a coisa em seu estado anterior;
- Regulamenta o exercício da profissão de historiador;
- Assegura maior autonomia de trabalho aos integrantes das comissões internas de prevenção de acidentes;
- Dá nova redação ao item III do art. 530 da CLT, para abrandar requisitos que candidatos a dirigentes sindicais devem preencher;
- Acrescenta parágrafo ao art. 8º da lei que criou FGTS;
- Assegura aos geólogos o regime de trabalho do pessoal de exploração, beneficiamento e transporte de petróleo;
- Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei complementar nº 26, de 11/9/75, permitindo a liberação dos saldos dos depósitos do Pasp para pagamentos das prestações da casa própria;
- Estabelece medidas para a comemoração dos 70 anos de existência do Código Civil;
- Autoriza a abertura de crédito no valor de Cr\$ 16 bilhões e 608 milhões de cruzados em favor do Ministério das Minas e Energia;
- Inclui a categoria de inspetor de segurança judiciária no grupo atividades de apoio do quadro da secretaria do TFR;
- Dispõe sobre a transformação de encargos de representação de gabinetes na secretaria do TFR;
- Cria funções no Grupo Direção e Assistência Intermediária do quadro permanente da Câmara (trata-se de mais um projeto de resolução semelhante aos dois acima citados);
- Estabelece direitos de servidores da extinta Gotapi;
- Regulamenta a profissão de garçon;
- Modifica a redação do art. 71 da CLT, para assegurar intervalo mínimo de 2 horas em trabalhos contínuos que excedam a 6 horas;
- Manda computar as horas extras habitualmente prestadas no cálculo do descanso semanal remunerado;
- Altera o art. 102 do Código Nacional de Trânsito, para que, não identificado o infrator, a responsabilidade recaia no proprietário do veículo;
- Regulamenta o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos;
- Inclui os municípios de Cascavel e Pacajus na região metropolitana de Fortaleza;
- Reajusta a pensão da sra. Geni Silva Vivacqua, viúva do ex-senador Atílio Vivacqua;
- Dá nova redação ao Art. 2º do Decreto Lei nº 1.861, de 25.2.81, para restabelecer que as contribuições destinadas ao Sesi, Sesc, Senac, etc., terão por base o salário mínimo e não o MVR;
- Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais da União em Boa Vista - RR;
- Declara "de utilidade pública" a associação São Pedro, de pesquisas científicas, com sede em São Paulo;
- Autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Caxias-MA;
- Autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta-RS;
- Autoriza a criação da Fundação Universidade de Uruguiana-RS;
- Autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste Paulista;
- Autoriza o Executivo a construir o Hospital Regional dos Trabalhadores, em Caxias do Sul-RS;
- Autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cuite-PB;
- Autoriza o Executivo a instituir a fundação Universidade Federal do Amapá;
- Autoriza o Ministério da Agricultura a doar imóveis ao município de Viçosa-CE;
- Autoriza o Executivo a transformar a Escola Estadual Américo René Giannetti em Escola Técnica Federal de Uberlândia-MG;
- Autoriza o Executivo a criar uma vara da Justiça Federal em Campinas-SP;
- Autoriza o Executivo a criar e implantar a escola Agrotécnica Federal de Arapiraca-AL;
- Autoriza o Executivo a criar uma Escola Técnica Agrícola em Quixeramobim-CE;
- Autoriza o Executivo a instituir a Universidade Federal do Oeste do Paraná;
- Autoriza o Executivo a criar uma Escola Técnica federal em Imperatriz-MA;
- Autoriza o Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Norte de Minas;
- Autoriza o Executivo a instituir a Fundação de Ensino Superior de São João Del Rey-MG;
- Considera patrimônio histórico nacional a cidade de Ubatuba-SP;
- Idem em relação a Cameta-PA;
- Idem em relação a Vigia-PA.